



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 21 Nº 11
Novembro de 2012

Evolução do PIB nas mesorregiões gaúchas: 1999-2009

No período compreendido entre 1999 e 2009, a economia gaúcha apresentou uma taxa de crescimento média de 2,3%. A agropecuária foi o setor produtivo que mais cresceu (5,8%), ao passo que a indústria foi aquele que obteve a menor taxa (1,2%). Já o ramo de serviços revelou alta de 2,5% no período.

Após a análise dos dados referentes às participações do Produto Interno Bruto (PIB) das sete mesorregiões gaúchas no total do Estado, verifica-se que não há indícios de que houve mudanças estruturais na economia gaúcha. Apenas pode-se afirmar a existência de alterações conjunturais no período, ou seja, relacionadas ao curto prazo da economia.

As posições das mesorregiões quanto à participação no PIB do RS não se modificaram no intervalo de tempo analisado. A ordem de maior participação para menor é a seguinte: Metropolitana de Porto Alegre, Noroeste, Nordeste, Centro-Oriental, Sudoeste, Sudeste e, por último, Centro-Ocidental.

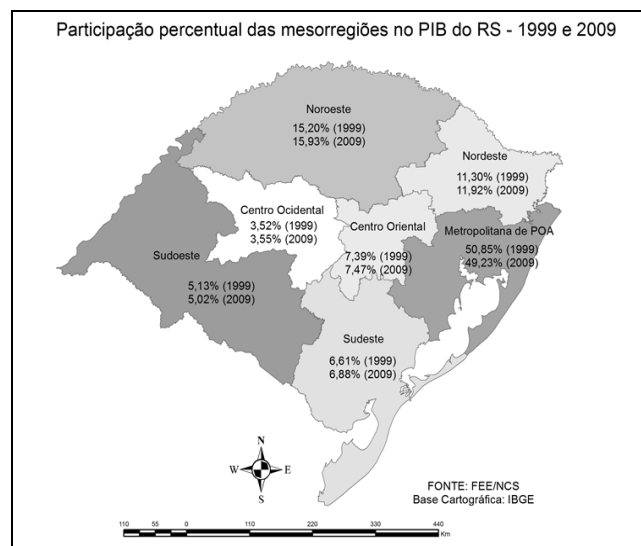
As mudanças conjunturais destacadas anteriormente devem-se principalmente ao setor agropecuário, visto que é o que, geralmente, sofre maiores oscilações nas suas taxas de crescimento, se comparado aos outros setores produtivos. O ramo de serviços é o mais estável, sofrendo menos variações nas suas taxas de crescimento e, como também é o mais representativo do Estado, acaba por suavizar as taxas de incremento do PIB. Portanto, municípios e regiões que dependem em maior grau do Setor Primário acabam por ter as taxas de crescimento do PIB mais voláteis.

O descrito acima aconteceu na mesorregião Noroeste. Nos anos em que houve alto crescimento da agropecuária (2003 e 2006), a região aumentou consideravelmente sua participação. Já naqueles anos de baixo crescimento da mesma (2004 e 2005), ocorreu exatamente o oposto. Essa conjuntura é facilmente observada, quando se mira a série de participação no PIB de 1999 a 2009.

A participação do Noroeste no PIB gaúcho, que, em 2002, era de 15,59%, passou para 18,15% no ano seguinte, havendo um eloquente incremento de 2,55 pontos percentuais em apenas um ano. Já em 2004, ano de forte estiagem no RS, esse percentual caiu notavelmente para 15,96%, alcançando um valor ainda menor no ano posterior (13,93%), no qual houve uma queda na produção agropecuária ainda mais representativa. Em 2006, ano de crescimento recorde do setor no Estado (50,1%), houve recuperação do Noroeste, o qual atingiu 15,2% de participação no PIB gaúcho.

É interessante enfatizar-se que, nesses quatro anos (2003-06), se observaram, efetivamente, mudanças consideráveis nas participações das duas mesorregiões que possuem

o maior PIB no RS. Conforme já destacado, as oscilações refletidas no ramo agropecuário geraram essas variações significativas nesses anos. Quando o Noroeste ganhou participação, a mesorregião Metropolitana de Porto Alegre perdeu. O inverso também foi observado. O ocorrido deve-se ao fato de a mesorregião Noroeste ser bastante dependente do setor agropecuário. Quando o setor obteve elevado desempenho e o Noroeste ganhou participação, a mesorregião Metropolitana de Porto Alegre perdeu, já que seus municípios, de maneira geral, são pouco dependentes do Setor Primário.



No que se refere à participação dos 20 maiores municípios no PIB do Estado, também não se verificaram mudanças significativas. Em 1999, 11 desses pertenciam à mesorregião Metropolitana de Porto Alegre e concentravam 39,62% do PIB do RS, passando para 38,43% em 2009. As mesorregiões Nordeste, Sudeste e Noroeste possuíam, cada uma, dois municípios entre os 20 de maior PIB. A participação dos dois municípios da Nordeste passou de 6,41% em 1999 para 7,09% em 2009; da Sudeste, de 4,43% para 4,44%; da Noroeste, de 2,65% para 2,76%. Por fim, as mesorregiões Centro-Oriental, Centro-Ocidental e Sudoeste contavam apenas com um município cada entre os 20 de maior PIB. As participações, em 1999 e 2009, foram, respectivamente, de 1,95% e 1,72%, 1,67% e 1,63% e 0,95% e 1,16%.

Carolina Agranonik e Vinícius Dias Fantinel
Economistas, Pesquisadores da FEE

Rio Grande do Sul: trocas migratórias interestaduais entre 2005 e 2010

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, o Rio Grande do Sul apresentou um incremento de apenas 5% em sua população residente, na comparação com o ano 2000, o que representou um acréscimo de 506.131 habitantes. Esse crescimento tem perdido o ritmo desde a década de 60, período em que o aumento foi de cerca de 1,3 milhão de pessoas. Para entender esse fenômeno, é necessário considerar a contribuição de dois fatores: o crescimento vegetativo e o saldo migratório.

O crescimento vegetativo reflete a diferença entre nascimentos e óbitos. Dentre esses dois componentes, o nível de fecundidade tem desempenhado um papel decisivo na diminuição do ritmo de crescimento populacional, uma vez que essa variável apresentou uma queda significativa nas últimas décadas. A taxa de fecundidade das gaúchas passou de 5,11 filhos por mulher, em média, em 1960 para 1,75 filho em 2010, valor este que já se situa abaixo do nível de reposição da população.

O saldo migratório do Rio Grande do Sul — a diferença entre o número de imigrantes e o de emigrantes — tem sido, historicamente, negativo, isto é, o Estado tem sido expulsor de população. O saldo migratório anual vinha diminuindo desde a década de 70, quando o Estado perdia cerca de 20 mil pessoas por ano; nos anos 80, caiu para 10 mil; e, na década de 90, reduziu-se mais ainda, pois foi de menos de 3 mil. No Censo de 2010, a análise é feita considerando onde as pessoas declararam que residiam em 2005. Assim, percebe-se que houve uma interrupção da tendência de igualdade entre o número de imigrantes e emigrantes, pois 102.613 residentes no Estado declararam residir, em 2005, em outras unidades da Federação, e 177.263 pessoas residentes em outros estados declararam morar, em 2005, no Rio Grande do Sul, valores que indicam uma redução líquida de 74.650 pessoas no período.

As unidades da Federação que mais atraíram os gaúchos foram os estados da Região Sul: para Santa Catarina, emigraram 91.953 pessoas, mais da metade dos emigrantes gaúchos; enquanto, para o Paraná, se deslocaram

21.853 pessoas, fazendo esses dois destinos responsáveis por 64,2% do total de emigrantes do Estado. São Paulo e Rio de Janeiro são os próximos destinos preferidos, com 14,1% dos emigrantes gaúchos. Assim, esses quatro estados atraíram mais de 78% dos gaúchos que se deslocaram para outra unidade da Federação. Por outro lado, nota-se que as trocas populacionais entre essas unidades da Federação e o Estado são intensas. Os imigrantes de Santa Catarina são os de maior número no Rio Grande do Sul, 31.902, sendo 31,1% do total de imigrantes no período. O Paraná está em segundo lugar, com entrada de 16.997 pessoas, sendo 16,6% dos imigrantes; enquanto São Paulo e Rio de Janeiro representaram em torno de 22% dos que se deslocaram para o Estado. Essas quatro unidades da Federação são origem de 70% dos imigrantes no período.

O saldo migratório dos três destinos principais é negativo, sendo de 60.051 para Santa Catarina, 4.857 para o Paraná e 2.893 para São Paulo. Já para o Rio de Janeiro, as trocas populacionais foram positivas, o número de imigrantes superou o de emigrantes em 863 pessoas. Essa situação ocorre com apenas outras sete unidades da Federação: Ceará, com saldo positivo de 798 pessoas; Minas Gerais, com saldo de 200; Maranhão, com saldo de 149; Rio Grande do Norte, com saldo de 141; Pará, com saldo de 123; Amapá e Paraíba, com saldo inferior a 10 pessoas.

Apesar de o saldo migratório não ser suficiente para influenciar significativamente as taxas de crescimento da população do Estado, ele pode ser determinante em regiões menores, como municípios. Além disso, a migração tem um papel importante na modificação da estrutura de uma população, em vários aspectos socioeconômicos e demográficos, pois a população que migra é selecionada por certas características, modificando tanto o lugar de origem como o de destino. Portanto, o estudo dessa componente demográfica não deve ser descartado, sendo interessante considerarem-se as fronteiras transpostas: municipais, regionais, estaduais ou internacionais.

Número de imigrantes e emigrantes, segundo as principais unidades da Federação de destino, saldo migratório e distribuição percentual no Rio Grande do Sul — 2005-10

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	IMIGRANTES	EMIGRANTES	SALDO MIGRATÓRIO	PERCENTUAL DE IMIGRANTES	PERCENTUAL DE EMIGRANTES
TOTAL	102.613	177.263	-74.650	100,0	100,0
Santa Catarina	31.902	91.953	-60.051	31,1	51,9
Paraná	16.997	21.853	-4.857	16,6	12,3
São Paulo	14.532	17.425	-2.893	14,2	9,8
Rio de Janeiro	8.408	7.545	863	8,2	4,3
Mato Grosso	3.780	5.949	-2.169	3,7	3,4
Distrito Federal	2.566	4.095	-1.529	2,5	2,3
Mato Grosso do Sul	2.887	3.843	-956	2,8	2,2
Demais unidades da Federação	21.542	24.599	-3.058	21,0	13,9

FONTE: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

Marilene Dias Bandeira
Estatística, Pesquisadora da FEE

Os desafios da “Metade Oeste”

O desempenho socioeconômico do Rio Grande do Sul na última década tem sido inferior ao desempenho nacional nos mais diferentes quesitos. Desde logo, o Estado apresentou a menor taxa de crescimento da população entre as unidades da Federação, de 2000 a 2010. No plano da produção, foi o segundo estado que mais perdeu participação relativa no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, seguido apenas por São Paulo. A queda de São Paulo, contudo, deu-se em função de sua base extremamente elevada (quase 40% do PIB nacional). Sua taxa de crescimento foi discretamente superior à gaúcha. A do Rio Grande do Sul foi tão baixa que, mesmo apresentando a menor taxa de crescimento demográfico, caímos da quarta para a sexta posição no PIB *per capita* nacional. E todas as projeções indicam que o Estado ocupará o oitavo lugar no quesito PIB *per capita* ao final de 2012.

No desempenho industrial, o Rio Grande do Sul foi o último colocado na variação da quantidade produzida entre 1995 e 2009. Em 2004, perdeu o segundo lugar (que ocupava desde o início da série) no Valor Agregado Bruto (VAB) da indústria de transformação para Minas Gerais. E corre o risco de ser superado também pelo Paraná, cujo valor da produção industrial vem aproximando-se rapidamente do valor sul-rio-grandense.

É de se notar, contudo, que esse é o desempenho agregado do Rio Grande do Sul. E ele não é homogêneo no espaço. Na realidade, o eixo Porto Alegre-Caxias do Sul-Passo Fundo e o Litoral Norte vêm apresentando *performance* similar à nacional tanto em termos demográficos quanto em termos econômicos. O problema encontra-se no “resto do Estado” e, em especial, em sua porção Oeste. E a dinâmica demográfica é muito expressiva da perda de dinamismo do território, expresso no mapa abaixo. Todos os municípios cujo território está com fundo cinza claro apresentaram perda líquida de população nos últimos 10 anos; os que estão em cinza escuro apresentaram taxa de crescimento inferior ao da média dos municípios do Estado; apenas aqueles com fundo preto ganharam participação na população total.

Por quê? Porque o principal determinante da estagnação relativa gaúcha é o apego a uma especialização agroindustrial superada. Explico-me.

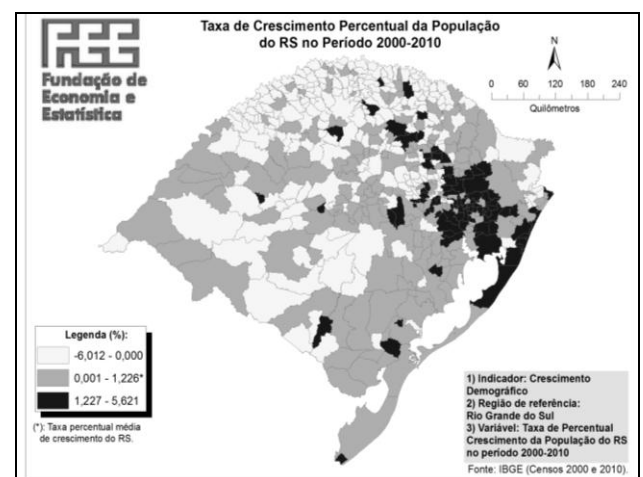
O Rio Grande do Sul foi pioneiro na modernização e na mecanização da agricultura brasileira, consolidando-se como grande produtor de grãos (soja e arroz) e como o principal produtor nacional de tabaco, uva e maçã. Excetuada a uva — que solicita processamento vinícola —, todos os demais produtos citados caracterizam-se por apresentarem cadeia curta a jusante, pois sua comercialização pressupõe apenas a secagem e (eventualmente) o enfardamento (ou ensaque). E, ao contrário do que já se pretendeu (quando se encetou a atração de empresas beneficiadoras de tabaco), forçar a agregação de valor a partir da concessão de elevados subsídios é contraproducente, pois é mais econômico produzir o cigarro e processar a soja nas proximidades do centro consumidor, em função dos elevados custos de transporte dos produtos finais (*vis-à-vis* à matéria-prima semiprocessada). E a integração vertical a montante do setor sojícola (e graneleiro em geral) é essencialmente limitada ao

setor de máquinas e implementos agrícolas, que, além de ser pouco empregador, leva à crescente tecnificação da produção rural, liberando um volume de mão de obra rural que é impossível de ser reocupada na cidade.

Em recente pesquisa levada a cabo na FEE (sob minha coordenação) e que envolveu todos os municípios do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, ficou demonstrado que os territórios especializados em soja apresentaram êxodo rural maior e taxas de crescimento inferiores à da média nos quesitos VAB total, VAB agropecuário e população total. E as correlações negativas entre soja (em especial) e lavoura temporária (em geral) e as taxas de crescimento da população e rendas urbana e rural são significativas a 0,000. Vale dizer: não há chance de a correlação ser casual, a soja expulsa e cerceia o crescimento de longo prazo. Por oposição, os municípios especializados em leite (e, como regra geral, em pecuária estabulada) apresentaram *performance* superior à da média nos mesmos quesitos.

Não obstante isso, com o preço da soja em ascensão no mercado mundial, o sistema de especialização tende a ser reforçado pelo mercado, pois, como os produtores são atomistas, é virtualmente impossível a um produtor decidir sozinho abandonar uma atividade (para a qual conta com assistência técnica, fornecimento de insumos e clientes garantidos), para ingressar em outra (como a produção leiteira), que só pode ser rentável quando se integra a uma “linha”, deprimindo os custos de transporte do produto.

O problema maior é que inexistem (ou não têm sido eficazes) políticas públicas de estímulo à reconversão. E isso, desde logo, porque não há uma política pública articulada para a agricultura familiar, mas diversas políticas, nem sempre consistentes, orquestradas por Governos Federal, Estaduais e Municipais, com seus inúmeros (e nem sempre afinados) órgãos de estímulo e regulação. Do nosso ponto de vista, se esse quadro não mudar, a tendência à concentração regional da riqueza e da renda e à estagnação relativa da “Metade Oeste” deve preservar-se e aprofundar-se.



Carlos Águedo Paiva
Economista, Pesquisador da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — abr.-set./12

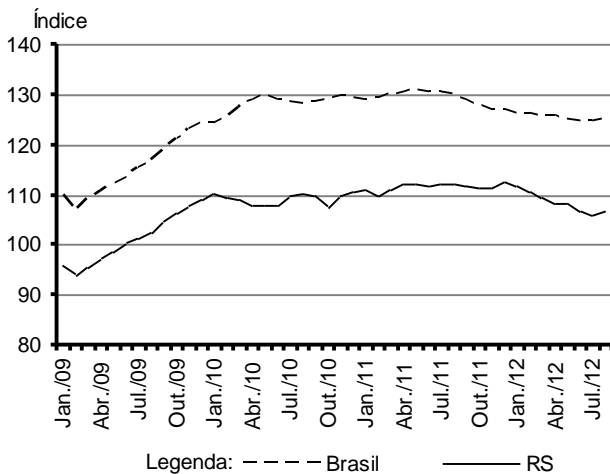
MESES	IPCA			IGP-M			(%)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
Abr./12	0,64	1,87	5,10	0,85	1,48	3,65	
Mai./12	0,36	2,24	4,99	1,02	2,51	4,26	
Jun./12	0,08	2,32	4,92	0,66	3,19	5,14	
Jul./12	0,43	2,76	5,20	1,34	4,57	6,68	
Ago./12	0,41	3,18	5,24	1,43	6,07	7,73	
Set./12	0,57	3,77	5,28	0,97	7,09	8,07	

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-ago./12



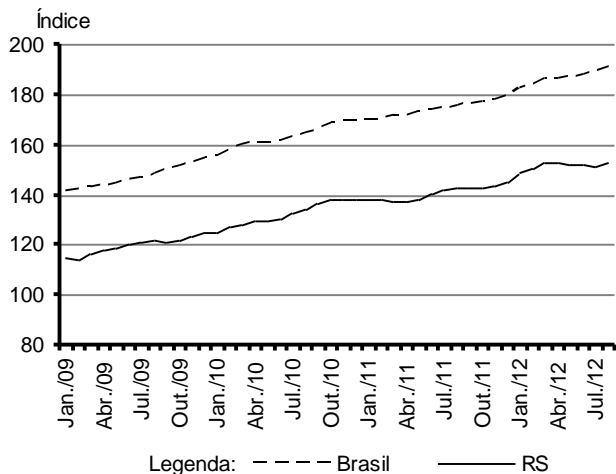
FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-ago./12



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — abr.-set./12

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Abr./12	Mai./12	Jun./12	Jul./12	Ago./12	Set./12		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	1,85	1,99	2,05	2,03	2,03	2,03	1,92	1,89
Taxa de câmbio efetiva real (3)	81,3	85,4	86,8	86,4	87,2	87,7	83,1	81,9
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	9,00	8,50	8,50	8,00	7,50	7,50	8,86	9,47
Superávit primário (% do PIB)	-4,0	-0,7	-0,8	-1,5	-0,8	-	-2,6	-2,5
Balança comercial (US\$ milhões)	881	2.956	805	2.873	3.226	2.556	15.725	22.471
Exportações (US\$ milhões)	19.566	23.215	19.353	21.003	22.381	19.998	180.596	246.637
Importações (US\$ milhões)	-18.685	-20.258	-18.548	-18.130	-19.155	-17.442	-164.872	-224.166
Transações correntes (US\$ milhões)	-5.366	-3.428	-4.389	-3.740	-2.550	-2.596	-34.123	-49.929

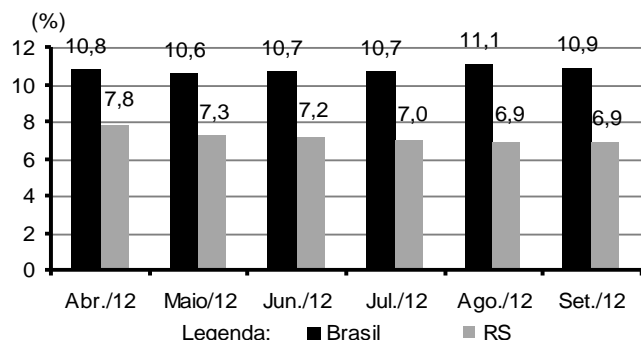
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Carta de Conjuntura - Ano 21 nº 11

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — abr.-set./12



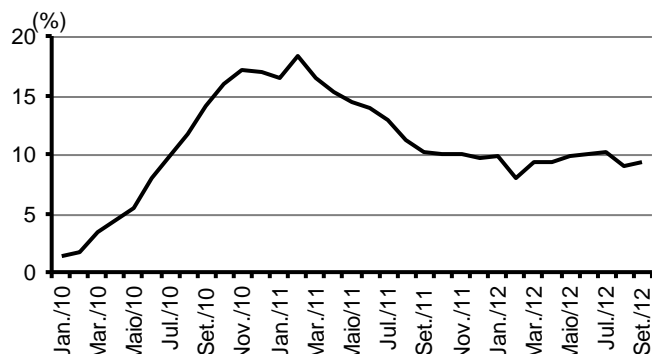
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-set./12



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

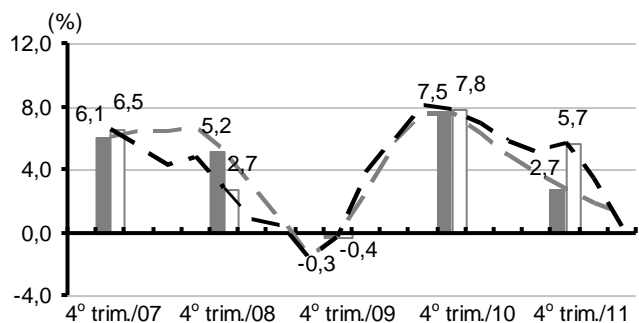
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — abr.-set./12

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Abr./12	5.106	74.646	6,8	-2,9	4,5	-2,4	3,5	-0,5	1,1
Mai./12	6.787	97.861	6,9	-6,9	3,4	-5,9	3,1	-0,8	0,5
Jun./12	8.515	117.214	7,3	-8,1	-0,9	-7,3	0,2	-0,6	-0,8
Jul./12	10.285	138.217	7,4	-6,9	-1,7	-6,2	0,5	-0,6	-1,8
Ago./12	12.117	160.598	7,5	-6,1	-3,7	-5,9	-0,5	-0,2	-2,7
Set./12	13.615	180.596	7,5	-9,2	-4,9	-9,1	-1,1	0,0	-3,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 4º trim./07-2º trim./12



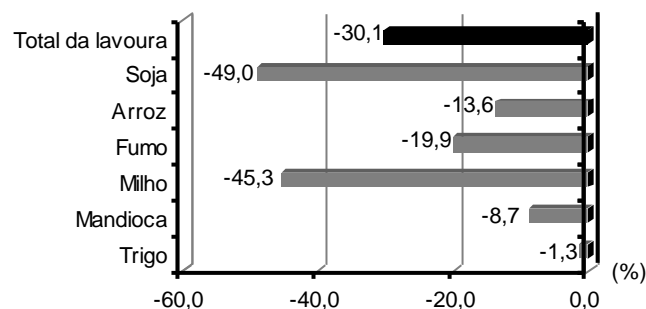
Legenda:

■ PIB do Brasil □ PIB do RS
 - - - PIB trimestral (Brasil) - - - PIB trimestral (RS)

FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — set./12



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

Desigualdades “raciais” e transferência de renda no Rio Grande do Sul

O Censo de 2010 classifica a população residente no Rio Grande do Sul conforme a resposta à questão sobre “raça e/ou cor”. Mais de 4/5 (83,22%) dos respondentes declararam-se “brancos”, enquanto 10,57% declararam-se “pardos”, 5,57% “pretos”, e menos de 1% “amarelos” e “indígenas” (0,33% e 0,31% respectivamente).

Obviamente, essa distribuição da população em que uma proporção tão grande se declarou como “branca” faz com que essa subpopulação seja numericamente superior segundo qualquer atributo considerado. Assim, se 54,8% da população do Rio Grande do Sul é sem instrução ou possui o ensino fundamental incompleto, os “brancos” contribuem com 43,8 p.p. para esse total; os “pardos”, com 7,1 p.p.; os “pretos”, com 3,4 p.p.; e os “amarelos” e os “indígenas”, com 0,2 p.p. cada.

No entanto, as distribuições de “brancos”, “pardos”, “pretos”, “amarelos” e “indígenas”, conforme alguns atributos, assinalam as desigualdades de condições de existência de subpopulações socialmente reconhecidas segundo as classificações de “raça” ou mesmo de “etnia”.

Ao se considerar cada uma dessas subpopulações segundo o nível de instrução, observa-se que, enquanto 52,7% dos “brancos” são sem instrução ou possuem o ensino fundamental incompleto, 67,0% dos “pardos”, 61,4% dos “pretos”, 64,7% dos “amarelos” e 76,4% dos “indígenas” estão concentrados nesse nível de instrução. No outro extremo, 8,6% dos “brancos” possuem nível superior completo, ao passo que somente 1,9% dos “indígenas”, 2,2% dos “pardos”, 5,2% dos “amarelos” e 2,7% dos “pretos” estão nessa faixa.

Também, ao se considerarem essas subpopulações segundo a formalização das relações de trabalho, se nota que a informalidade atinge 20,7% dos “brancos”, 23,9% dos “pretos”, mais de 25% dos “amarelos” e “pardos” (respectivamente, 26,0% e 26,6%) e 31,9% dos “indígenas”.

Tomando-se a população de 10 anos ou mais responsável por domicílios particulares, segundo classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, observa-se que, enquanto 0,78% dos “brancos” têm rendimento mensal domiciliar *per capita* de até 1/8 de salário mínimo, que corresponde, aproximadamente, à definição oficial de “pobreza extrema” (até R\$ 70,0 de renda familiar mensal *per capita*), 2,20% dos “pretos”, 2,40% dos “amarelos”, 2,32% dos “pardos” e 12,21% dos “indígenas” estão nessa faixa de rendimento, podendo, assim, ser considerados como “extremamente pobres”.

Ao contrário, na faixa de mais de 10 salários mínimos, estão 1,67% dos “brancos” e menos de 0,5% de “pretos”, “pardos” e “indígenas” (respectivamente, 0,29%, 0,38% e 0,3%).

A partir do final do século XX, as desigualdades entre “raças” ou “etnias” têm ganhado cada vez mais atenção dos governos, e políticas públicas em diferentes áreas de atuação do Estado vêm sendo implementadas, a fim de “combatê-las” ou “superá-las” (criminalização do racismo, cotas nas universidades, legalizações de posse territorial, etc.), não sem controvérsias. Se as subpopulações “não brancas” são, relativamente aos “brancos”, desprivilegiadas segundo os rendimentos, é interessante examinar como as políticas atuais de transferência de renda atuam em relação às desigualdades de “raça” ou “etnia”.

A principal política de transferência de renda existente, o Programa Bolsa Família (PBF), dirige-se à “extremamente pobres” e “pobres”, independentemente de “raça” ou “etnia”. Mas, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome relativos à população total do Estado, tanto a inclusão no Cadastro Único dos programas sociais do Governo Federal quanto a concessão do benefício do PBF atinge, proporcionalmente, mais os “não brancos” do que os “brancos”.

Entretanto, ao se considerar a população de responsáveis por domicílio com até 1/4 de salário mínimo de renda domiciliar *per capita* — correspondente ao público do Cadastro e do PBF —, os “brancos”, que são 67,49% desses, estariam sobrerrepresentados no Cadastro e entre os beneficiários do PBF: eles equivalem a 81,18% da população cadastrada e a 78,54% dos beneficiários do PBF. Os “pretos”, que representam 11,16% dos responsáveis por domicílios com renda *per capita* de até 1/4 de salário mínimo, equivalem a 8,02% dos cadastrados e a 8,99% dos beneficiários do PBF. Os “indígenas”, que são 1,49% dos responsáveis de domicílios com renda de até 1/4 de salário mínimo *per capita*, representam apenas 0,66% dos cadastrados e 0,96% dos beneficiários. Para os “pardos”, as diferenças são ainda mais marcantes: representam 19,19% dos responsáveis, mas apenas 10,01% dos inscritos e 11,38% dos beneficiários. De alguma forma, os processos sociais que mantêm as desigualdades de “raça e/ou etnia” parecem incidir também nesses programas.

Distribuição percentual da população, segundo a declaração de raça e/ou cor, faixa de renda mensal *per capita* e participação em programas de assistência do Governo Federal, no Rio Grande do Sul — 2012

RAÇA E/OU COR	POPULAÇÃO RESIDENTE	RESPONSÁVEIS (1)	PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL	
			Inscritos no Cadastro Único	Beneficiários do Programa Bolsa Família
Branca	83,22	67,49	81,18	78,54
Preta	5,57	11,16	8,02	8,99
Amarela	0,33	0,67	0,12	0,12
Parda	10,57	19,19	10,01	11,38
Indígena	0,31	1,49	0,66	0,96
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Censo 2010 e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

NOTA: 1. O salário mínimo utilizado no Censo 2010 é de R\$ 510,00.

2. Dados do MDS até fevereiro de 2012.

(1) Responsáveis por domicílios com até ¼ de salário mínimo como renda mensal nominal *per capita*.

Gabriele dos Anjos
Doutora em Sociologia, Pesquisadora da FEE

Os esforços governamentais para a redução da pobreza

Nos últimos anos, o Governo Federal tem centrado esforços no sentido de reduzir a pobreza no País e de consolidar a rede de proteção social voltada às populações mais vulneráveis. Nesse sentido, foi criado, em 2003, o Programa Bolsa Família (PBF), que vem expandindo-se a cada ano, em um processo ininterrupto de consolidação institucional e ampliação orçamentária. No País, o PBF beneficiou 13,7 milhões de famílias em agosto de 2012, a maior parcela dessas localizadas na Região Nordeste, onde se encontram aquelas em situação de grande vulnerabilidade. No Rio Grande do Sul, o número de famílias beneficiárias pelo PBF subiu de 291 mil em 2004 para 455 mil em setembro de 2012.

Desde 2011, o PBF integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que busca retirar 16,2 milhões de pessoas (cujas famílias possuem renda inferior a R\$ 70,00 *per capita*) da extrema pobreza. Através do Programa Bolsa Família, são repassados os seguintes benefícios: Benefício Básico, de R\$ 70,00, pago apenas a famílias extremamente pobres, com renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00; Benefício Variável, de R\$ 32,00, pago por criança de zero a 15 anos, gestantes e/ou nutrizes, limitado a cinco benefícios por família; e o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R\$ 38,00, pago por jovem de 16 e 17 anos, no limite de até dois por unidade familiar. Os valores transferidos às famílias variam de R\$ 32,00 a R\$ 306,00, dependendo do perfil econômico e da quantidade de filhos de até 17 anos.

O recebimento do benefício do PBF está condicionado ao cumprimento de exigências nas áreas de educação, saúde e assistência social (quando em situação de risco), tendo como objetivo ampliar o acesso dos cidadãos aos seus direitos básicos nessas áreas.

Algumas das ações implementadas, desde 2011, no âmbito do PBF e que buscam aumentar o seu impacto são: (a) o reajuste de todos os benefícios, com destaque para o acréscimo de 45% para o benefício variável destinado a crianças e jovens de 0 a 15 anos (mar./11); (b) a ampliação do limite máximo — de três para cinco — do número de crianças de 0 a 15 anos que podem receber o benefício variável; e (c) a criação de mais dois benefícios variáveis, um destinado às gestantes (BVG), e outro, às nutrizes (BVN). Em maio de 2012, foi instituído o Programa Brasil Carinhoso, que, consoante com as estratégias de erradicar a miséria no Brasil, tem como foco principal as famílias extremamente pobres onde há crianças de até seis anos. Além de um reforço monetário (variável de acordo com cada família e suficiente para que cada membro disponha de, pelo menos, R\$ 70,00 mensais), estão previstas ações como o aumento do número de vagas em creches, a suplementação de vitamina A e de ferro e a distribuição gratuita de medicação contra asma para crianças.

Todas essas alterações ocorridas no PBF e que estão incluídas no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria resultaram num maior aumento do volume de recursos repassados pelo Programa às famílias beneficiárias a partir de 2011. No País, essas transferências subiram de R\$ 16,3 bilhões em 2010 para R\$ 18,5 bilhões em 2011, representando um acréscimo de 13,2%, contra 9,8% no ano anterior. Em 2012,

esse quadro deverá manter-se, haja vista que o montante transferido até setembro já atingiu R\$ 15,6 bilhões, o que representa 84,3% do total de 2011. O valor médio pago por família beneficiária saltou de R\$ 94,24 em janeiro de 2011 para R\$ 136,62 em setembro de 2012.

Da mesma forma, no RS, o volume de recursos pagos às famílias aumentou 10,6% em 2011, contra 8,3% de elevação em 2010. No presente ano, até setembro, já foi repassado o equivalente a 82,7% do total das transferências realizadas em 2011.

Complementando os programas implantados pelo Governo Federal, os estados têm criado programas estaduais para a redução da pobreza extrema e de transferência de renda. No Rio Grande do Sul, foi lançado o RS Mais Igual em 2011, e um dos seus eixos é o RS Mais Renda, criado em abril desse mesmo ano e que já beneficiou 8.823 famílias (até ago./2012). Esse programa repassa R\$ 50,00 às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja renda mensal seja inferior a R\$ 70,00 e nas quais haja, pelo menos, um membro no ensino médio, EJA ou curso de qualificação. Em 2012, o Governo gaúcho já repassou um montante de R\$ 6,2 milhões para esse programa.

O conjunto das medidas já adotadas, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), refletiu-se numa redução de 40% da pobreza extrema, situação que passou a afligir menos de 10 milhões de pessoas. Considerando, nesse total, apenas as crianças de 0 a 6 anos, a redução foi ainda mais expressiva, de 62%, evidenciando o impacto do Brasil Carinhoso.

Percebe-se que está ocorrendo um rápido avanço no processo de redução da extrema pobreza do ponto de vista estritamente monetário. Porém deve-se ter em conta que são necessárias outras medidas, além da transferência de renda, para que as famílias extremamente pobres alcancem melhores condições de vida. Essas medidas incluem a promoção da inclusão produtiva, através da qualificação profissional, e o acesso a bens e serviços públicos de qualidade, que se refletirá na melhoria dos indicadores sociais (de educação, saúde, saneamento, dentre outros).

Número de famílias beneficiadas e valor acumulado anual das transferências do Programa Bolsa Família no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2004 e 2009/12

ANOS	BRASIL		RIO GRANDE DO SUL	
	Número de Famílias (1)	Valor Anual (2) (R\$ milhões)	Número de Famílias (1)	Valor Anual (2) (R\$ milhões)
2004	6.571.839	5.779	290.660	224
2009	12.370.915	14.837	462.966	507
2010	12.778.220	16.301	453.761	549
2011	13.352.306	18.465	450.778	608
2012 (3)	13.724.590	15.576	455.491	503

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDS/Matriz de Informação Social.

(1) Número de famílias no último mês de cada ano. (2) Valores inflacionados pelo IPCA médio anual a preços de set./12. (3) Dados até o mês de setembro.

Isabel Rückert e Mercedes Rabelo
Economista e Socióloga, Pesquisadoras da FEE

Desenvolvimento no RS: além da zona de conforto

Desde que o Brasil conseguiu controlar o intenso processo inflacionário, que sabotava os mais criativos planejamentos para melhorar os seus indicadores sociais, há muito que se comemorar. E isso também é verdade para o Rio Grande do Sul. No entanto, após quase duas décadas vivenciando uma realidade diferente, é razoável fazer um retrospecto e avaliar o quanto é possível comemorar e também verificar quando a euforia atrapalha ações para o futuro.

Um aspecto de destaque é o incremento na renda. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a renda média do gaúcho, em 2011, era de R\$ 1.042,00 — um aumento real de, aproximadamente, 13,4% frente a 2001. O salário mínimo real apresentou um incremento consideravelmente maior nesse mesmo período: 55,9%. Essas informações são coerentes com a melhoria da distribuição de renda no RS e no Brasil. O índice de Gini para o Estado atingiu 0,500 em 2009, quando, em 2001, estava em 0,554.

Ao melhorarem os níveis de renda e sua distribuição, uma importante fatia da população é alçada ao mundo do consumo, beneficiando-se inclusive da própria estabilidade econômica e do crédito facilitado. Esse fenômeno está sendo denominado pelas associações comerciais, e pelo Governo Federal, de “a ascensão da nova classe média”. Independentemente do nome que se dê, esse é um fato a ser comemorado: **as pessoas conquistaram maior capacidade de consumo, o que tem impacto positivo sobre sua qualidade de vida.**

Ainda com relação à renda, é importante mencionar a redução da pobreza extrema. Com base na definição adotada pelo Governo Federal (R\$ 70,00 *per capita* por domicílio), o RS contava com 4,69% da população em situação de extrema pobreza, segundo a PNAD 2001. Em 2009, esse número era de 2,1% — menos da metade. Os fatores que ajudam a explicar essa melhoria incluem desde os programas de transferência de renda (Bolsa Família, por exemplo) até o perfil do crescimento econômico brasileiro, que foi capaz de absorver mão de obra (menos qualificada) desocupada até então.

Mas outros aspectos, além dos monetários, precisam ser considerados. Em termos de educação, o percentual de analfabetos entre a população gaúcha de mais de 10 anos de idade, que era de 5,0% em 2001, passou para 3,4% em 2011, segundo dados da PNAD. Segundo a mesma fonte, 9,1% da população maior de 10 anos contavam com 12 ou mais anos de estudo em 2001, contra 13,4% em 2011. Cabe reforçar esse número pela observação de que 8,6% da população gaúcha, em 2010, possuíam ensino superior — sendo que, no Brasil, esse patamar era de 8,3%.

Porém a qualidade do ensino é o aspecto que está entrando em pauta, de forma mais incisiva, atualmente. Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o RS tem registrado melhorias no desempenho até

a 4ª série, certa estabilidade (em patamares baixos) nos resultados do teste da 8ª série e retração no último IDEB (2011) para o ensino médio. É importante enfatizar, ainda, que os resultados das escolas públicas são piores do que os das escolas privadas. Dessa forma, **comemoram-se melhorias no atendimento, mas com alerta para a questão da qualidade do ensino básico — sem esquecer que analfabetismo, por menor que seja, continua sendo inaceitável no século XXI.**

No que toca à saúde, o Estado tem a segunda menor taxa de mortalidade infantil do País (11,2 por mil nascidos vivos), tendo reduzido esse número em 26,0% entre 2000 e 2010 (dados do Datasus). Porém a taxa de mortalidade por causas evitáveis, que é uma boa maneira de inferir a disponibilidade e a qualidade do serviço de saúde oferecido à população, não demonstrou comportamento tão positivo. A taxa de mortalidade geral, no RS, para a faixa etária de 5 a 74 anos, consideradas apenas as causas “reduzíveis por ações adequadas de promoção à saúde, prevenção, controle e atenção às doenças de causas infecciosas”, foi de 0,41 mortes por mil habitantes em 2010, frente a 0,31 em 2000. Ou seja, o número de mortes por essas causas aumentou à taxa superior ao crescimento da população.

Apesar dos incrementos em termos de expectativa de vida da população total, há que se verificar que as mortes por causas evitáveis, especialmente aquelas relacionadas às causas infecciosas, atacam de forma mais severa a população em situação de maior vulnerabilidade. Isso implica concluir que é fundamental avaliar a cobertura e a qualidade do atendimento de saúde não apenas na sua totalidade, mas também em termos de distribuição na população. Quanto a esse aspecto, então, **comemoram-se progressos importantes do ponto de vista de atenção à gestante e à criança, mas a qualidade do atendimento e sua malha de atuação ainda precisam ser melhor avaliadas, pois os indicadores não parecem satisfatórios.**

O intuito desta reflexão é questionar a percepção que temos sobre o desenvolvimento do RS a partir de um conjunto de informações que nos deixam em uma zona de conforto: renda aumentando, analfabetismo caindo (mas longe de zerar), mais pessoas no ensino superior e expectativa de vida em elevação. **Porém é necessário que se rompa essa zona de conforto, para compreender que precisamos fazer mais em termos de qualidade da educação e da saúde do que aqueles indicadores básicos (e incompletos) sugerem — especialmente do ponto de vista da distribuição desses serviços à população.** E isso só será possível com ajustes nas políticas públicas.

Ely José de Mattos
Economista, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 24.10.12).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Tiragem: 250 exemplares.

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial: André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso, Roberto da Silva Wiltgen, Carlos Roberto Winckler, Sílvia Horst Campos e Maria Lucrecia Calandro.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Editoração: Susana Kerschner e Valesca Casa Nova Nonnig (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

Fundação de Economia e Estatística

Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691

Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br